

Missão técnica adia encontro com FMI

por Cláudia Safatle
de Brasília

Foi adiada mais uma vez a ida de uma missão de técnicos do governo brasileiro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja data, agora, é dia 17, domingo próximo, e não mais dia 14 de abril. Mais do que um simples adiamento, porém, a demora do governo brasileiro de aprovar as medidas de corte do déficit público desmontou todo o calendário do acordo externo para o refinanciamento da dívida e, se não houver algum gesto de "boa vontade" por parte do FMI, em apressar os rituais que envolvem a aprovação de um

acordo "stand by" para o segundo semestre deste ano e todo o ano que vem, o País não receberá nenhum "cent" dos US\$ 700 milhões, aproximadamente, que esperava obter do Fundo para o fechamento do balanço de pagamentos deste ano.

Os cinco técnicos brasileiros do Ministério da Fazenda, Seplan e Banco Central, adiaram pela segunda vez a viagem à Washington, porque aguardam do governo uma nova rodada de cortes de gastos, desta vez dos gastos com custeio do Orçamento Geral da União (OGU), cuja lei de excesso será enviada ao Congresso Nacional na últi-

ma semana deste mês. Nos cálculos da Seplan, que manuseia o orçamento da União, será necessário um corte adicional de cerca de 1,3% do PIB (estimado em CZ\$ 72 trilhões neste ano) nas despesas de custeio e, se necessário, investimentos para se chegar aos 4% do PIB de déficit operacional do setor público não financeiro, meta que poderá servir de base para o acordo com o FMI.

PRESSÃO

Com o congelamento da Unidade de Referência de Preços (URP) para os funcionários do setor público, por dois meses, o governo obteve uma redução de gastos equivalente a 1,5%

do PIB. Como o déficit potencial estimado para este ano andava pela casa dos 6,8% do PIB, o corte nos salários reduziu a pressão potencial para 5,3% do PIB. "Para convencermos o FMI da nossa austeridade, não podemos cortar apenas salários. Temos de reduzir mais as despesas públicas", disse a este jornal uma fonte qualificada do governo, que conhece bem as artimanhas do Fundo. Portanto, será necessário passar a tesoura nos gastos do orçamento da União, e, se possível, nas estatais. Se juntamente com esse esforço o governo conseguisse zerar o déficit de 0,4% do PIB estimado para a previ-

dência, neste ano, a meta poderia cair para até 3,6% do PIB. Mas isto é praticamente impossível.

Ontem o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, confirmou o empenho do governo em cortar mais cerca de 1% do PIB em despesas de custeio e investimentos. Hoje haverá a primeira reunião nesse sentido com os ministros interinos do Planejamento e Fazenda (os titulares estão no exterior) no Palácio do Planalto. A idéia, segundo Costa Couto, é dar uma dotação definida para os ministérios, deixando a cargo de cada ministro o remanejamento de gastos. Ele disse ainda que o programa de privatização de empresas estatais, inclusive as que estão nas mãos do BNDES, será agilizado e poderá ocorrer uma privatização a cada mês neste ano, disse o ministro.

ATRASSO

Concebido para estar fechado em final do mês de junho, o acordo com o FMI sofreu um atraso de mais de três semanas com o adiamento sucessivo da aprovação presidencial ao pacote de cortes de salários. Como o acordo "stand by" deveria ser feito até o final do primeiro semestre deste ano para vigorar no segundo semestre de 1988 e todo o ano de 1989, seria possível o País receber da instituição um empréstimo de aproximadamente US\$ 700 milhões. Se o prazo não puder ser cumprido, em função do cronograma do FMI, o acordo abarcaria somente o último trimestre deste ano, e o dinheiro, cuja primeira "tranche" só é liberada após o cumprimento da meta trimestral de déficit público e crédito interno líquido, só poderia ser desembolsado em fins de janeiro, não ajudando, assim, a fechar o balanço de pagamentos do País neste ano.

A missão técnica brasileira, formada por assessor

res do Ministério da Fazenda (Michal Gartenkraut e Raimundo Moreira) do Planejamento (Raul Velloso e João do Carmo) e do Banco Central (Sílvia Rodrigues), deverá permanecer no mínimo toda a semana que vem em Washington, para explicar aos técnicos do FMI as medidas recentes de corte do déficit público e o programa macro-econômico do ministério da Fazenda para este ano e para o ano que vem. Esse programa já deveria estar pronto com as metas trimestrais, de acordo com o modelo de memorando de entendimentos do FMI, que acompanha o acordo "stand by", mas não está, pois aguarda os demais cortes de gastos do setor público para se fixar numa meta exequível de déficit operacional.

MISSÃO

Tão logo a missão brasileira retorne a Brasília, uma missão do FMI desembarcará na capital federal, onde deverá permanecer de duas a três semanas para tirar dúvidas e checar os números. Outras três semanas deveriam ser gastas para redigir o relatório sobre a economia brasileira, além de um mês e meio que o "board" do Fundo dispense normalmente, para aprovar o relatório e endossar um acordo. Na hipótese mais otimista, portanto, seguindo os rituais padrões do Fundo, um acordo seria selado em fins de julho. Isso se tudo der totalmente certo.

Os técnicos brasileiros sabem que o tempo é "exíguo", concordam que o acordo com os bancos privados vai andar na medida em que o acordo com o Fundo estiver fluindo, e acreditam que poderá haver algum tipo de entendimento entre o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, e a direção do Fundo, para que os prazos possam ser encurtados de modo a se cumprir o calendário original.